

MUROS DO RECÔNCAVO: A CAPITAL DA AMÉRICA PORTUGUESA TRANSFERIDA PARA ALDEAMENTOS JESUÍTICOS (1624-1625).

MARIA HILDA BAQUEIRO PARAISO¹
PABLO ANTÔNIO IGLESIAS MAGALHÃES²

Resumo: O texto discute o a importância dos contingentes de indígenas nas tropas portuguesas que resistiram à invasão da Cidade de Salvador pelos holandeses em 1624. A atuação dos indígenas resultou do trabalho missionário jesuíta que, por meio dos aldeamentos, promoveram uma homogeneização sócio-cultural dos nativos com a adesão ao projeto metropolitano.

Palavras-chave: Invasão holandesa. Jesuítas, Tropas Indígenas

Abstract: The text discusses the relevance of the Indian participation on the resistance against the Dutch invasion of Salvador in 1624. The Indians acted in response to the missionary activities in their villages, which sought to promote a homogeneous culture among Indian communities, compelling them to participate in the broader project of the Metropolis.

Keywords: Dutch Invasion. Jesuits. Indian Troops.

¹ Professora do Departamento de História e Coordenadora do Programa de Pós Graduação em História da UFBA.

² Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da UFBA.

I – Missão em aldeamentos: a formação de súditos.

Ao tomarem a Cidade de Salvador em 1624, uma das maiores perplexidades que, certamente, os membros da Companhia das Índias Ocidentais enfrentaram foi a atuação dos indígenas como combatentes e defensores das vidas, propriedades e projetos dos seus opressores: os portugueses. Na sua concepção inicial, os índios deveriam ser seus aliados naturais e não seus opositores.

Outro ponto de assombro foi a eficácia das manobras militares de ataque ou defesa dos vermelhos as quais os impossibilitavam de estender sua conquista para além das muralhas da capital da América Portuguesa. E esse estranhamento deve ter assumido maiores proporções quando o comandante geral da tropa, o Coronel van Dorth, caiu morto após uma eficaz emboscada realizada pelos índios aldeados pelos jesuítas no entorno de Salvador.

Apesar de D. Marcos ter entregue o cargo, em princípios de setembro de 1624, a um representante de Matias de Albuquerque, a tática de milícias de emboscada e da guerra brásilica foi continuada por Francisco Nunes, e depois por D. Francisco de Moura, quando este chegou de Lisboa para tomar o comando. Um cálculo aproximado das tropas indígenas oriundas dos aldeamentos da Companhia de Jesus somava quatrocentos homens, que representavam quase um terço do total de homens em armas sem considerarmos a grande quantidade de mestiços que havia entre os mil combatentes do arraial do Rio Vermelho.¹

Essa presença e ação indígenas ainda suscitam questionamentos nos dias atuais. Quem eram e como atuaram os agentes transformadores desses povos de forma a torná-los muralhas protetoras do empreendimento metropolitano?

Na busca da compreensão desse processo de ressocialização dos povos nativos, partimos do princípio de que colonizar pressupõe uma ação transformadora do espaço ocupado e compreende a criação ou alteração de atividades econômicas, a formação de núcleos povoadores, a instalação de aparelhos jurídicos, políticos e administrativos de sustentação a esses empreendimentos. No caso da América Portuguesa, agregamos aos aparelhos de Estado e aos investimentos particulares a atuação de ordens missionárias encarregadas de executarem o projeto

metropolitano de promover a homogeneização sócio-cultural dos povos indígenas através de ação catequética e ressocializadora.

Dentre essas ordens, os jesuítas destacam-se pela importância política e econômica, pela dimensão espacial e demográfica de sua presença. Os inácianos atuaram na América Portuguesa junto a colonos e nativos, daí criarem estruturas voltadas para os dois segmentos: aldeamentos, missões, seminários e colégios. A diferença cultural dos nativos e suas dificuldades de adaptação a propostas transformadoras, a grande dimensão física da missão e a demora na comunicação com a Direção Geral da Ordem exigiram da Ordem a adoção de soluções locais e provisórias para questões urgentes.

Logo após chegarem à Bahia com Tomé de Souza, os inácianos instalaram-se na nova capital e, em seguida, seis padres iniciaram os trabalhos missionários entre os índios que viviam nas proximidades do núcleo construído pelo governador. Os missionários atribuíram as resistências dos indígenas em adotarem os novos padrões sócio-culturais ao caráter itinerante e não contínuo do seu trabalho. A possibilidade de atuarem de forma mais sistemática e ordenada num aldeamento em que convivessem com os indígenas e, assim, melhor pudessem controlar seu comportamento foi-lhe facilitada pelo governador Mem de Sá, o grande responsável pela solidificação da conquista portuguesa em terras americanas, que atendeu às recomendações da Carta Régia de 1558 na qual a Coroa indicava os aldeamentos como a forma mais eficaz para sedentarizar os nativos, reduzi-los e cristianizá-los. Supunha-se que, desta forma, seriam vencidas as resistências à conquista, extirpar-se-iam os “maus hábitos” e os indígenas se transformariam em aliados e construtores do Novo Mundo Português.

Para tanto, foram criadas infra-estruturas físicas nas aldeias, transformando-as em espaços cultural e estrategicamente localizados em termos políticos, militares e geográficos. Eram verdadeiros indicadores da ocupação cristã e, por isso, ordenadas de forma segmentada e culturalizada segundo o padrão luso.

Os aldeamentos também representavam o deslocamento do eixo do poder político tanto no âmbito interno com a substituição da autoridade das figuras dos caciques e pajés pela dos jesuítas aos quais se tornaria possível implementar uma nova ordem, a disciplina, outras formas de

divisão do trabalho, a atitude de previdência, a constância de atitudes e o sedentarismo. Simbolicamente, essas atitudes estavam associadas à substituição das atividades de coleta pela agricultura e da caça pelo criatório. Considerando-se esses aspectos, podemos afirmar que o aldeamento era o grande projeto pedagógico-institucional de educação completa, verdadeiro centro de ressocialização e núcleo de defesa dos povoados coloniais dos ataques de outros índios e até de outros europeus, além de garantirem o fácil acesso aos trabalhadores indígenas pelo Estado, por missionários e por particulares.

Atuando eminentemente com os kurumins, os jesuítas fundaram colégios voltados para educar essas crianças e os filhos dos colonos. A Capitania da Bahia foi a única, nos primeiros séculos, a ter dois colégios jesuíticos: um em Salvador e outro, também de forma inédita, instalado em aldeamentos: o do Espírito Santo, futura Vila de Abrantes.

Cabe ressaltar que a política dos aldeamentos missionários e particulares implicou no aceleração dos deslocamentos populacionais impostos através de descimentos forçados ou estimulados. O resultado dessas ações foi o de promover a destribalização e o desenraizamento sócio-cultural desses povos, inviabilizando a reprodução das sociedades indígenas a partir de seu modelo socialmente estabelecido antes do contato com os colonizadores. Associaremos a esses fatores outro conjunto de elementos gerados a partir de então como a perda do controle sobre as terras pelos nativos; a drástica redução populacional provocada por doenças infecto-contagiosas;⁴ excesso de trabalho, fome, suicídios; maus tratos; infanticídio e pela repressão desencadeada sempre que qualquer grupo opunha resistência a seu engajamento compulsório aos planos de efetivar a ocupação do novo território e às novas relações de trabalho.

E é no bojo dessas formas de missionar, além da trajetória das relações entre índios, colonos e jesuítas, que chegamos a compreender como e porque os indígenas de vários aldeamentos foram os grandes responsáveis por combater e conter os holandeses em Salvador e qual a razão da escolha de dois aldeamentos para serem a sede provisória do governo português na América.

A trajetória do aldeamento do Espírito Santo não foi diferente da dos demais em termos das compulsões impostas aos aldeados -

inicialmente os tupinambás. Fundado em 1558, pelos padres jesuítas João Gonçalves² e Antônio Rodrigues³, a composição étnica se alterou após as epidemias de sarampo e varíola de 1560-1563, quando mais de quarenta mil índios reduzidos morreram, muitos fugiram desses espaços controlados e alguns aldeamentos foram extintos e seus remanescentes transferidos para outros, inclusive, o do Espírito Santo.

A localização desse aldeamento em 1624 não correspondia ao ponto originalmente escolhido pelos inácianos. Instalado nas margens do Rio Joanes, consideradas insalubres, foi transferido para a foz do referido rio. Cremos que razões estratégicas em termos militares também pesaram na decisão: a preocupação em criar estabelecimentos na foz de rios de forma a inviabilizar o acesso de não portugueses ao interior e a transformação do local num ponto avançado de defesa da nascente Salvador, como quando efetivaram o aprisionamento de corsários franceses em 1595 e combateram os holandeses.

Alguns aspectos chamam a atenção na organização da aldeia do Espírito Santo: a complexidade das estruturas implantadas, sua dimensão demográfica – quatro mil índios em 1561 – o número de crianças que freqüentavam o colégio – trezentos no mesmo ano. Em todo os relatos de visitas de autoridades leigas e religiosas, como a de Cristóvão Gouveia, há referências à prosperidade, ao bom ordenamento e à qualidade das crianças como flautistas e cantores, razão pela qual ali se realizavam os jubileus mais solenes de todas as aldeias.

Já o aldeamento de Nossa Senhora do Rio Vermelho teve vida mais conturbada. Situada no Morro do Conselho, no atual bairro que leva seu nome, foi fundada em 1556 pelo padre Antônio Rodrigues e sua igreja inaugurada por Manoel da Nóbrega. Os aldeados promoveram sucessivas revoltas e parte deles, inclusive, o cacique e suas sete mulheres e respectivos filho, abandonaram o local. Outros foram transferidos para o aldeamento de São Paulo e alguns permaneceram com os jesuítas, trabalhando na quinta, local para onde os catecúmenos e estudantes dos Colégios de Salvador e do Espírito Santo, acompanhados de outros índios de vários aldeamentos eram levados nas férias escolares.

O sucesso do empreendimento missionário em Espírito Santo levou o Governador Mem de Sá a doar aos indígenas uma sesmaria de três léguas em quadra no ano de 1571, sendo as terras usadas pelos jesuítas para ali instalarem engenhos de açúcar e currais que abasteciam Salvador.

São esses índios educados pelos jesuítas que sob o comando de portugueses vão enfrentar os holandeses e limitar os espaços sob seu controle.

II – A tomada de Salvador pelos holandeses e a atuação indígena.

A guerra entre a monarquia Espanhola e as Províncias Unidas eclodiu na década de 1560, quando esta última ainda era composta por dezessete províncias agregadas ao vasto império centralizado em Castela. No processo de guerras político-religiosas que perpassou o século XVI foi criada a República das Províncias Unidas que logo se proclamou independente, tornando-se o maior rival do Império Espanhol no século XVII. Quase meio século de guerra entre a Espanha e as Nações Reformadas fragmentou a já abalada cristandade europeia, levando à exaustão a potência espanhola e obrigando tanto a Espanha quanto a Holanda assinarem, em 1609, a Trégua dos Doze Anos, tempo necessário para suas forças se recompor. A paz na Europa não durou muito e em 1618 explodiu a Guerra dos Trinta Anos.

O conflito gerado na Guerra dos Trinta Anos pode ser caracterizado por estarem mescladas nas suas raízes lutas de caráter religioso, econômico e político expressas na disputa pelo controle dos governos dos Estados Europeus e, no caso das Províncias Unidas, dos territórios ultramarinos pertencentes à Espanha e Portugal. A principal característica dessa guerra foi do seu teatro não ter se restringido à Europa, tendo seus desdobramentos políticos econômicos dispersos por quatro continentes.

O braço armado da Holanda no ultramar foram suas companhias monopolistas. Com a fundação da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) em 1602, as Províncias Unidas lançaram ao mar um exército de comerciantes, soldados e mercenários tendo por alvo os territórios ibéricos. As feitorias portuguesas na África e Ásia foram fustigadas por incursões das Províncias Unidas que enriqueciam na medida em que abriam novos mercados e atacavam abertamente o monopólio dos mercadores ibéricos nas costas afro-asiáticas.

As províncias neerlandesas, ao longo do século XVI, haviam construído e ampliado seus circuitos comerciais com Portugal, estabelecendo uma relação estreita entre as duas nações com base em

interesses mercantis mútuos vinculados à indústria do açúcar. Com a União das Coroaas Ibéricas, a partir de 1580, as relações comerciais entre Portugal e a Holanda foram suspensas por Felipe II. Por volta de 1618, a Holanda contava com quase trinta refinarias de açúcar que, pelo embargo filipino, ficavam impedidas de redistribuir o referido produto por todo o continente europeu, obrigando os comerciantes holandeses a buscar o açúcar onde era produzido: no Brasil.

A criação da W.I.C. foi a solução para o problema imposto pelo embargo filipino e a invasão da Bahia o resultado direto disso. No dia 8 de maio de 1624, a esquadra holandesa, comanda pelo almirante Jacob Willekens, sitiou Salvador, fechou a Baía de Todos os Santos com vinte e sete embarcações, mobilizando três e mil e seiscentos homens de mar e guerra contra a cidade. As causas que levaram a Companhia a financiar e empreender a conquista do centro político da colônia portuguesa na América são por demais conhecidos: era uma empresa que existia e funcionava para dar lucro aos investimentos dos seus acionistas.⁴

A invasão dos neerlandeses a Salvador em maio de 1624 mostrou como a administração luso-espanhola era incapaz de organizar com eficácia as defesas da cidade, questão assinalada pelos moradores como prioridade desde o final do século XVI e comprovada pelas sucessivas esquadras holandesas, inglesas e francesas que singraram a Baía de Todos os Santos saqueando o Recôncavo entre 1598 e 1604. Tal fragilidade era reconhecida pelo governo metropolitano que desde 1548 determinava em Regimentos dos Governadores e em correspondências que “os capitães das capitâneas da dita terra e senhórios dos engenhos e moradores da terra tenham a artilharia e armas (...) E todo morador das ditas terras do Brasill que nella tiver casas terras ou aguas ou navios terá ao menos beesta espingardas espada lamça ou chuça e este capitolo fareis noteficar e apregoar em cada hua das ditas capitâneas com decraração que os que não tiverem a dita artelharia pólvora e armas se provejão delas da noteficação a hum ano”.⁵

Pode-se entender essas determinações ao se constatar que não havia sido constituído um exército regular na América Portuguesa capaz de fazer frente aos nativos insubmissos e corsários ameaçadores. Dessa forma, cada morador deveria se transformar num soldado em potencial para guardar suas possessões, devendo se associar com os poucos

soldados regulares aqui estabelecidos e que, por terem sido arregimentados às presas, eram inexperientes em questões de defesas e ataques.

Essa fragilidade perdurou até 1624 apesar da crescente importância da capital colonial como centro de decisões políticas, porto de escoamento da produção açucareira e acolhedora do poder religioso e de os membros da aristocracia açucareira de regiões vizinhas manterem casas na cidade com o objetivo de controlar seus negócios e ostentar suas riquezas de acordo com o costume da época.⁶

Algumas medidas foram adotadas – como o estabelecimento de uma cadeia de fortificações ao longo da orla marítima – porém, sem grande sucesso devido ao fraco poder de fogo das fortificações e pelas brechas de alguns locais que permitiam a passagem de embarcações inimigas.⁷ Essa linha de defesa assentava-se em aldeamentos indígenas: o da Povoação do Pereira, no atual Porto da Barra, o de Nossa Senhora do Rio Vermelho, situada no Morro do Conselho, o de São Lourenço, nas proximidades do anterior, o do Espírito Santo, o de Santo Antônio de Rembe e, no extremo norte, o de Bom Jesus de Tatuapara, antiga morada de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e posteriormente sede da sesmária da família Ávila.

Constata-se, assim, que o engajamento compulsório de indígenas aldeados na defesa de Salvador precede o ataque holandês de 1624 e que o despreparo das linhas de defesa e a eficácia das fortificações perduravam até então. Os improvisados militares na Baía de Todos os Santos, distribuídos em duas Companhias Efetivas, não somavam cento e oitenta homens. A fragilidade de sua reação é constatada pela rapidez da conquista da cidade, pela captura imediata pelos holandeses do Governador Geral Mendonça Furtado, depois remetido preso para a Holanda, e pela fuga dos moradores da cidade na madrugada e antes da entrada dos invasores no recinto urbano. O sentimento de temor que os dominava fazia-os crer que entre cair em mãos de um exército de hereges era preferível tentar a sorte numa fuga. A cidade ficou vazia, a não ser por alguns africanos escravizados, alguns cristãos-novos e poucos portugueses que tiveram o senso de oportunidade despertado com a balburdia gerada pela invasão.⁸

Convém ressaltar que as autoridades de Salvador haviam sido avisadas pelo rei da possibilidade de um ataque holandês. O Governador,

em conflito aberto com o Bispo D. Marcos Teixeira, a despeito dos seus esforços, não conseguiu organizar uma defesa satisfatória da cidade, apesar de haver solicitado em abril o apoio dos moradores do Recôncavo e seus índios. Estes abandonaram a cidade à própria sorte após o Bispo tê-los convencidos de que os temores de Mendonça Furtado eram, na verdade, exageros.

Usando a Estrada das Boiadas, os moradores de Salvador buscaram refúgio em engenhos, fazendas e nos aldeamentos do Espírito Santo, no do Rio Vermelho, São Lourenço e no de São João, em Pirajá. Os oficiais da Câmara Municipal, desembargadores e religiosos, refugiados em Espírito Santo, ali deliberaram sobre a sucessão temporária do governador Mendonça Furtado, enquanto se aguardava a chegada de seu sucessor, o Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque. Considerando-se a distância e a urgência em se organizar a resistência e impedir o avanço do inimigo pelo território, houve concordância, inicialmente, na indicação do Chanceler do Tribunal da Relação Antão de Mesquita. Porém, logo em seguida, o cargo recaiu na controvertida figura do Bispo D. Marcos Teixeira.

Durante o mês que decorreu entre a tomada da Bahia e a criação do Arraial do Rio Vermelho, superposto ao aldeamento jesuítico ali existente, o governo *de facto* do Brasil foi transferido inicialmente para uma aldeia tupi e depois para outra e nelas foi montada a contra-ofensiva para retomar a cidade. O objetivo era o de garantir a manutenção do *status quo* na região, sitiando o exército invasor “intra-muros” para impedi-los de se abastecer fora dos limites urbanos de Salvador.

Ao contrário da defesa desarticulada que os holandeses encontraram ao invadir Salvador, a resistência organizada pelos habitantes que haviam abandonado a cidade inviabilizou seus maiores objetivos: controlar a zona produtora de açúcar. Os fugitivos se articularam e formaram uma espécie de cordão de isolamento que manteve os invasores circunscritos aos limites da cidade. Da mesma forma, o entorno da Baía de Todos os Santos também não pode ser explorado, agravando o quadro de escassez alimentar vivenciada pelos neerlandeses. Assim, podemos dizer que, entre a tomada da cidade e chegada da armada luso-espanhola dez meses depois, persistiram os

conflitos entre os holandeses que buscavam transpor as muralhas da cidade e os colonos e índios que atuavam impedindo a progressão do inimigo pelo território.

A resistência dos colonos tornou-se crescentemente mais eficaz e audaz. Usando a tática de emboscadas, ao conseguiram obter sucesso em manter o isolamento dos holandeses, iniciaram os contra-ataques e as agressões, inclusive, capturando embarcações e munições dos inimigos. O primeiro ataque a Salvador ocorreu no dia de Santo Antônio sob o comando de D. Marcos, data emblemática considerando-se que o santo possuía patente militar e era venerado em Portugal por ter protegido os lusitanos na sua luta contra os estrangeiros hereges, o que indica a percepção estratégia do prelado para encorajar sua tropa. No ataque ao Mosteiro do Carmo, onde estariam portugueses aliados aos holandeses, os guerreiros responsáveis foram os flecheiros sob o comando de Francisco Dias de Ávila, o que nos permite inferir serem os índios aldeados em Tatuapara.

Considerando-se a distância de Espírito Santo e Tatuapara, D. Marcos ordenou a criação de um quartel general a uma légua de Salvador, nos aldeamentos de São Lourenço e de Nossa Senhora do Rio Vermelho para onde os índios dos aldeamentos próximos e até do Paraguaçu e do Rio de Janeiro foram deslocados.

Essa nova localização permitia um melhor controle das tentativas dos invasores de ultrapassarem os muros da capital. Da mesma forma, o deslocamento de tropas tornava-se mais rápido e, por isso mesmo, mais eficaz. De forma crescente os combates centraram-se nas Portas Carmo e de São Bento, locais de acesso mais fácil para a resistência. Não ignoramos, entretanto, as ações de colonos e índios no Recôncavo, área também bastante conflituosa, pois a saída pelo mar era a que restava aos holandeses na sua tentativa de buscar os necessários suprimentos para sua sobrevivência, situação que se agravava com o cerco da cidade.

São vários os registros das ações indígenas no combate aos holandeses. A primeira ao quarto dia após a invasão, quando atacaram os neerlandeses nos muros da cidade. Em outra ocasião, menos de doze índios surpreenderam alguns holandeses que encontraram numa casa de palha nas proximidades da Vila Velha (atual Porto da Barra), onde os inimigos haviam buscado refúgio. Os índios incendiaram a casa e assim

os que não morreram queimados, foram flechados. O acontecimento fez com que os holandeses abandonassem o Forte de Santo Antônio. Dias mais tarde, sob o comando de um colono, atacaram a área da Porta de São Bento e capturaram dois holandeses e mataram sete ou oito, dentre os quais, um capitão.

Também é destacada sua atuação sob o comando de Afonso Rodrigues de Cachoeira e seus índios nos combates na Ilha de Itaparica, onde os holandeses se abasteciam de óleo de baleia. Porém, uma das mais significativas atuações dos guerreiros nativos foi a morte com flechas ervadas⁹ durante uma emboscada do coronel holandês Van Dorth em 17 de julho de 1624.

O fato é que as guerrilhas coordenadas pelos moradores do Recôncavo inviabilizaram a permanência dos neerlandeses e permitiram a reconquista da cidade. Além das dificuldades de abastecimento e de locomoção, resistência local enfraqueceu as tropas invasoras utilizando a estratégia da guerra brásilica, como ficou conhecida a tática de ataques desenvolvida pelos indígenas, e garantiu o desembarque das tropas luso-espanholas que conseguiram a capitulação e expulsão dos neerlandeses em maio de 1625.

Não causa estranheza, portanto, que os indígenas sejam descritos pelos holandeses como seres selvagens e desumanos satânicos, soldados cruéis que mutilavam e devoravam suas presas. A acusação de antropofagia era constantemente referida sempre que os corpos dos mortos eram encontrados mutilados. Ou seja, os índios estavam para os holandeses - e muitas vezes para os portugueses também - na mesma categoria que animais.

Em parte, o exagero com que as ações indígenas foram narradas deve-se ao pavor que elas imprimiam aos holandeses e ao êxito que conquistavam em favor dos refugiados. Nas palavras de Vieira:

os índios flecheiros das nossas aldeias¹⁰; antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos, porque, quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, (...), viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo flechas, que os trespassavam (...) não se atreviam a resistir, porque, enquanto eles preparavam

um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas flechas, sem outro remédio senão o que davam aos pés, virando as costas; mas nem este lhes valia, porque, se eles corriam as flechas voavam e, descendo como aves de rapina, faziam boa presa; e ainda que não matavam algumas vezes de todo, todavia, como muitas eram ervadas, ia o veneno lavrando por dentro até certo termo, em que lhes dava o último da vida.¹¹

Apesar destes fatos, poucas obras que abordam a invasão e reconquista da Bahia em 1624-1625 tocaram no assunto, sendo que nenhuma analisou a real participação dos tupis neste episódio. No século XVII, apenas Fr. Vicente do Salvador e os dois jesuítas, os padres Bartolomeu Guerreiro e Antonio Vieira, se referem ao assunto, além do mercenário alemão Johann G. Aldenburgk. Já os cronistas espanhóis trataram de laurear seus escritos como glórias da Coroa de *El-Rey* Felipe IV, emprestando aos índios e moradores da Bahia um plano inferior nos seus escritos. Robert Southey e Varnhagen, só para citar dois conceituados historiadores oitocentistas, apenas indicam que os índios tomaram parte na resistência. Charles Boxer, nas obras *The Dutch in Brazil* e *Salvador de Sá and the struggle to Brasil and Angola*, já indica algumas ações que contaram com a mobilização dos indígenas, mas no episódio da Bahia apenas trata dos 200 índios trazidos do Rio de Janeiro por Salvador de Sá para auxiliar a resistência. À exceção dos anteriores, Evaldo Cabral de Mello faz uma competente análise da guerra brasileira no desenvolvimento das guerras de Resistência e de Restauração Pernambuco e Serafim Leite na *História da Companhia de Jesus*, aponta a importância capital dos índios aldeados na reconquista de Salvador aos holandeses.¹²

É, no entanto, fundamental realçar que a ação dos tupis perdurou por todo o período da ocupação. A guerra brasileira diferia das guerras modernas da Europa onde, segundo o historiador Geoffrey Parker, a “pequena guerra” (*kleine krieg*) ou guerrilha, com a demolição das redes de fortalezas, gradualmente cedia lugar para as técnicas de condução da guerra desenvolvidas nas academias militares de Orange e de Gustavo Adolfo na Suécia.¹³ No Brasil, em contrapartida, uma versão da *kleine krieg* fora inaugurada na Jornada do Maranhão em 1614, quando o

sexagenário capitão-mor Jorge de Albuquerque conduziu com sucesso centenas de índios para expulsar os franceses capitaneados por La Ravadière, confessando depois para o sargento-mor Diogo Campos Moreno que a guerra que se fazia no Brasil não era “guerra de Flandres”. O general La Ravadière acusou Jorge de Albuquerque de nada praticar daquilo “que toca nossa arte” e de “quebrar todas as leis praticadas em todas as guerras assim cristãs como turquescas, ou seja, em crueldades, ou seja, na liberdade das seguridades”.¹⁴

Foi durante a invasão holandesa na Bahia, no entanto, que a guerra brasílica alcançou seu maior êxito. Enquanto a *kleine krieg* europeia pressupunha a existência de uma rede de fortalezas, que o uso de canhões derrubou no século XVII, a guerra brasílica foi possibilitada por uma rede de aldeamentos indígenas estabelecidos ao longo do litoral e nos entornos da urbe. Esses aldeamentos, além de absorverem a população refugiada, serviram de centros militares e de logística para a resistência local. Destaque-se, também, que as táticas usadas e a localização desses espaços indígenas administrados apresentavam a vantagem de garantir a rápida mobilidade dos combatentes.

III – Relações entre índios, jesuítas, colonos e o Estado: tensões e conflitos.

As relações entre índios, jesuítas, colonos e Estado no que se refere à administração dos indígenas nunca foram tranquilas. As diversas perspectivas dos quatro atores acerca das formas possíveis de relações entre eles e os interesses tão diversificados vão se expressar nos vários conflitos, disputas, acusações mútuas e numa tal profusão de leis que transformaram o período colonial num constante jogo de negociações e renegociações de forma a viabilizar o projeto de colonização.

As dificuldades encontradas pelos indígenas na organização de resistência ao avanço dos colonos eram dramáticas e se faziam presentes na incapacidade de dominar as novas realidades no campo dos armamentos e das técnicas de combate. Também foram agravantes os traumas psicológicos decorrentes dos sentimentos de perplexidade e desposseção, alimentados pela crença na destruição do seu universo tradicional e da sua auto-imagem positiva, como decorrência do estabelecimento de relações hierarquizadas e dominadoras, a

desestruturação econômica, social e política, imposta a partir do ordenamento das novas relações sociais e econômicas e o desrespeito a sua organização social.

Apesar da necessária adaptação às novas exigências das relações sociais, deixando poucos espaços para a manutenção das formas tradicionais de organização social dos nativos, não se pode ignorar a sobrevivência de determinados elementos da estrutura social e de alguns aspectos culturais das sociedades indígenas. Esses aspectos que se mantêm, no entanto, são reordenados de forma coerente, a partir da incorporação de novos elementos que lhes são impostos pela convivência. O que se pode constatar é o surgimento de uma nova forma de organização social, fruto de uma síntese dos elementos constitutivos das sociedades em contato.

Para os grupos sociais aborígenes, essa é uma situação limite, sinônimo de crise vivida no seu cotidiano e que também pode ser identificada na instância religiosa, onde se detectam várias manifestações de resistência e sobrevivência de comportamentos tradicionais, particularmente expressos na manutenção de rituais propiciatórios em momentos de crise pessoal ou coletiva.¹⁵ Ante esse quadro, na perspectiva indígena, as primeiras opções foram a fuga, o conflito, o estabelecimento de alianças através do casamento e, finalmente, o aldear-se.

Para os colonos, o objetivo central era o de conquistar as terras ocupadas pelos indígenas e transformá-los em escravos a serem vendidos ou usados para viabilizar seu projeto econômico. Para obter o reconhecimento ao direito de ocupação de um determinado espaço físico e da população que o ocupava era possível quando efetivasse sua posse, a exploração das riquezas ali existentes, o cultivo da terra e o controle sobre as populações nativas.

Inicialmente os colonos procuraram estabelecer relações de aliança como forma de superar o desconhecimento do meio físico, um caso típico de inadequação do seu equipamento cultural à nova realidade e ambiente, o que lhe exigia um ajustamento cultural e uma plasticidade até então desconhecidos. Devido a essa situação, criou-se um quadro de dependência do nativo, particularmente efetiva no campo do conhecimento do território, que é essencial para a conquista, domínio, exploração de suas riquezas e extração e produção de alimentos nos novos

espaços. Outras informações relativas à língua falada, formas de combate, valores sociais e hábitos alimentares também têm que ser dominadas e terminam por influir no ordenamento adotado pelas várias esferas sócio-econômicas e político - culturais implantadas na colônia.¹⁶ Ao se tornarem conhecedores das peculiaridades da organização social dos grupos tupis, puderam usá-las em proveito próprio. Referimo-nos particularmente à fluidez das alianças intergrupais e aos constantes conflitos e o permanente estado de guerra entre as aldeias e ao estabelecimento de alianças temporárias consolidadas pelas regras de cunhadaço, pelo escambo e participação em atividades guerreiras conjuntas voltadas para a obtenção de mão-de-obra, de guerreiros e de índios de corda entre as nações definidas como inimigas pelos aliados, e contra as quais os colonos estimulavam os aliados a continuar o estado de guerra.

Também aprenderam a beneficiar-se do fato de o poder das chefias não ultrapassar os limites de suas aldeias e, mesmo aí, sua característica era se apresentar de forma difusa, pois cada maloca possuía seu principal ou líder, aquele que conseguia reunir em torno de si uma grande parentela, com a qual se articulava através das relações de solidariedade. O poder político dessas lideranças de malocas apresentava a mesma instabilidade quanto à sua manutenção. O cargo de chefia decorria de uma série de fatores: a constituição de unidades domésticas, estratégias de casamento e de traços da personalidade do indivíduo, como o de liderar uma parentela forte, ser temido como guerreiro e bom orador.

Para o Estado, a preocupação central era implantar as estruturas político-administrativas metropolitanas na nova colônia. Só assim se promoveria a passagem do estágio de pilhagem para o de exploração das riquezas naturais e da mão-de-obra ali existentes. Eram adotadas, portanto, novas formas de obtenção de lucro pelos conquistadores, que passavam à condição de administradores do espólio conquistado. Isso implicava a conformação da população nativa às exigências do novo modo de produção, com a implantação de relações de trabalho de cunho escravagista e a imposição de deslocamentos compulsórios para áreas consideradas importantes na estratégia de ocupação, exploração, defesa e expansão dos territórios a serem ocupados.

Para tanto, o Estado Português elaborou seu projeto voltado para promover a assimilação das populações dominadas, o que subentendia

sua incorporação e a adoção de medidas que orientassem os colonizadores em suas ações, voltadas para promover, em caráter definitivo, a desestruturação das sociedades indígenas e a implantação de um modelo de estrutura social coerente com o novo padrão de relações estabelecidas na colônia. Essas ações pressupunham a implantação de um poder tutelar, que remontava a relações de poder historicamente constituídas a partir da superação do estado de guerra, e que se relacionava à efetivação do processo de colonização que seria mais facilmente viabilizado a partir do estabelecimento de relações pacíficas. Essas, na verdade, apenas atribuíam uma nova roupagem às relações de poder definidas como política estatal voltada para a promoção e solidificação da conquista e dominação territorial.¹⁷

Porém, para o sucesso do empreendimento, era necessário o Estado equacionar uma contradição: seu projeto, a longo prazo, pressunha a sobrevivência dos nativos e sua transformação em súditos leais e engajados no projeto colonial, o qual entrava em contradição com as necessidades, a curto prazo, dos colonos – a liberação dos territórios indígenas, o esmagamento das resistências e a escravização imediata dos silvícolas.

Às tentativas de conciliar o inconciliável podemos atribuir os conflitos, insatisfações, as constantes revoltas indígenas, protestos dos colonos e críticas aos missionários e a abundante legislação voltada para garantir a liberdade dos índios, ainda que só para os definidos como aliados, e para implementar a sua incorporação através da evangelização. Essa política de preservação da população, no entanto, estava condicionada à aceitação pelos dominados da espoliação de seus territórios, da exploração de sua força de trabalho e de seu adestramento para as novas formas de convivência e de relações econômicas, sociais e políticas. Em suma, a aceitação da conquista completa do território e das relações de subordinação estabelecidas. Os grupos que aceitavam tais condições eram considerados aliados e passavam a receber um tratamento diferenciado da Coroa: garantia de sua liberdade e de terras para estabelecimento de seus aldeamentos.

Um dos aspectos que não pode ser esquecido é que, em nenhum momento, devido à relevância econômica, política e estratégica atribuída a esse aspecto administrativo, a questão indígena deixou de ser

considerada como um assunto de Estado. Um dos aspectos indicativos dessa verdade é que todos os grupos sociais aos quais se atribuiu responsabilidade no trato da questão e todas as formas de administração tutelares das populações indígenas foram estabelecidos ou autorizados pelo Estado. A diversidade de formas administrativas e de encarregados de sua execução apenas indica o estabelecimento de inúmeros modelos de intervenção, gerados no bojo de exigências, necessidades e experiências específicas e resultantes da realidade vivida em determinado momento histórico.¹⁸

Os missionários enviados para a América Portuguesa deveriam atuar com uma intenção educadora autoritária, voltada para a promoção de transformações das sociedades indígenas em benefício da sociedade dominante e segundo os padrões que esta última estabelecia como adequados a seus interesses.

Uma das muitas informações de dominação usada com grande sucesso pelos missionários, foi a de incorporarem o papel de *xamã* ou *caraíbas*, principalmente de seu discurso profético, que motivava os deslocamentos populacionais na busca da “Terra sem Males”, que tanto podia ser alcançada após a morte heróica como em vida. O uso do papel do *caraíba* também se fazia através de rituais de cura, o que era usado para estimular a conversão, pois o batismo e a missa eram inseridos como parte dos rituais de cura que os missionários realizavam.

Apesar de ter sido sempre definida como uma tentativa de conciliação entre os indígenas e a ação dos conquistadores, em nenhum momento deve ser ignorado o caráter agressivo da atuação dos missionários. Na sua concepção, os silvícolas eram seres imersos no estado de barbárie, sob o domínio do demônio e, seguindo a tradição aristotélica, enquadrado na categoria das raças inferiores, que deveriam ser domesticadas. Viam-nos como seres humanos com alma, o que os tornava passíveis de conversão, desde que submetidos, mesmo que pela força, à obediência. Possuíam entendimento, memória e vontade, ainda que menos desenvolvidos que os dos europeus, devido à ausência de polícia. Isto os tornava potencialmente iguais aos europeus, o que pressupunha ser o estágio em que viviam superável, graças à ação do missionário. Ao se tornarem sujeitos, isto é, convertidos, adquiririam estatuto legal igual ao do europeu.

Um dos problemas que os jesuítas consideravam de difícil superação seria o suposto desrespeito à autoridade, o que era tido como grave ameaça ao ordenamento social que pretendiam implantar como sinal da nova ordem. Associavam essa característica à ausência de noção de hierarquia, o que faria com que não tivessem mecanismos inibidores da crueldade, como se manifestaria na prática da guerra continuada, na preguiça, na indisciplina, na falta de previdência e na inconstância em suas decisões. Os insucessos na catequese fizeram com que, posteriormente, os acusassem de serem irracionais e de não apresentarem sinais de humanidade, sendo seu comportamento ordenado pelas paixões primárias e pela animalidade.¹⁹

Embora só encontremos referências historiográficas aos exércitos jesuíticos nas Reduções Guaranis, a realidade de que aqui tratamos neste artigo, faz-nos supor que essa prática era comum a outros aldeamentos na América Portuguesa. O que é compreensível se considerarmos a tradição militar da Ordem, a “vocação” guerreira dos tupis, as carências de combatentes especializados no Novo Mundo Português e a política estatal da metrópole que, desde os primeiros anos, via nos indígenas os possíveis defensores dos empreendimentos coloniais.

Um dos pontos de conflito dos indígenas com os colonizadores, além do desrespeito às alianças estabelecidas, das relações de escravidão, do desrespeito à sua organização social, era a destinação dos prisioneiros de guerra. Para os colonos, os prisioneiros deveriam ser transformados em trabalhadores escravizados, que viabilizariam seus projetos de conquista/ ocupação da nova colônia, desviando-os, portanto, do destino da execução ritual. Esse tipo de alteração não são contrariava os interesses dos indígenas como os desarticulava socialmente, eliminando os parâmetros referenciais de definição de prestígio social e de chefia. A perda desses padrões orientadores constituiu-se em um dos elementos essenciais para a fragilização das lideranças políticas, deixando esse campo vulnerável às ingerências externas, às manipulações das chefias e    mudança dos critérios de escolha dos principais. O prestígio advindo dos brindes obtidos com os colonos e suas relações como os dominadores passaram a ser os critérios de escolha das lideranças, em detrimento das antigas regras.

Outro ponto de conflito que convém destacar é a oposição estabelecida entre as formas de divisão do trabalho estabelecida pelas sociedades tupis e a desejada pelos colonizadores. Sendo grupos semi-sedentários e com agricultura de coivara, a divisão do trabalho atribuía aos homens as atividades de derrubada e queima, sendo as demais de responsabilidade feminina. A expectativa dos colonos, a partir do seu referencial cultural, era a de que a totalidade das atividades agrícolas fosse exercida pelos homens. A imposição dessa forma de realizar as atividades provocava insatisfações entre os indígenas, por violentar crenças e valores tradicionais.

Nesse mesmo sentido, é relevante considerar que as estruturas produtiva, residencial, social e política das comunidades tupis articulavam-se e assentavam-se na família extensa e seus agregados, onde predominavam as relações de solidariedade. As novas relações de produção implantadas pelos portugueses, e que não seguiam esses padrões, também tiveram graves efeitos disruptivos.

Pode-se afirmar que o primeiro impacto do contato entre índios e jesuítas foi positivo. Mas, superada a curiosidade e o desconhecimento, os conflitos se estabeleceram, e os índios passaram a reagir às imposições dos missionários com táticas evasivas, hostilidade e fugas para áreas interioranas. Os maiores atritos decorriam da perseguição movida aos pajés. Vistos como uma ameaça à conversão, os missionários adotavam com relação a eles uma postura de afastamento, descredenciamento de sua atuação e até eliminação física. Também eram pontos de atrito os métodos usados para retirar os índios do domínio da natureza e trazê-los para o da cultura européia. Na concepção dos missionários, as transformações deveriam iniciar-se pelo controle do corpo, através de jejuns, abstinências e flagelações. Só assim eliminariam os indícios da bestialidade decorrente da ignorância e que se manifestavam pela ausência de interdição no uso do corpo em termos sexuais - prática do incesto -, de ingestão - prática de canibalismo - e exibição - nudez.

O conflito entre os jesuítas e os colonos também foram se tornando crescentemente mais acirrados a partir do governo de Duarte da Costa. Os colonos, por exemplo, discordavam da criação dos aldeamentos, porque consideravam que esses retiravam muitos índios de suas fazendas e engenhos, causando-lhes prejuízos. Encontraram forte apoio em D.

Pero Fernandes Sardinha, que discordava das técnicas de missionamento dos jesuítas, de sua crença na capacidade dos índios de serem catequizados e da adoção de alguns elementos da cultura indígena nos rituais religiosos, tática usada pelos padres para atrair e converter os tupis. As acusações aos missionários também se referiam ao fato de controlarem grande quantidade de terras e índios, constituindo-se num óbice à concretização dos objetivos estabelecidos pelos colonos.

Em contrapartida, os jesuítas, como se pode observar na carta de Manoel da Nóbrega, datada de 5/7/1559²⁰, acusavam os colonos de odiarem os índios e que suas atitudes dificultavam a ação missionária; acusava-os de incentivar a guerra intertribal entre os tupis do litoral e entre estes e os que viviam nos sertões, a venda de prisioneiros e a prática da antropofagia em nome de sua segurança na nova colônia e de adotarem práticas gentílicas.

Há que se concordar com Bosi²¹ quando afirma que a essência do conflito entre colonos e jesuítas era uma oposição de ritmos entre os projetos dos missionários, que procuravam implantar a agricultura de subsistência a longo prazo, através da criação de aldeamentos e missões, e o desejado pelos promotores da economia agro-mercantil, desejosos de que a adequação cultural dos silvícolas aos novos padrões sócio-econômicos fosse rápida e dinâmica, por serem suas atividades cada vez mais exigentes de grande quantidade de mão-de-obra. O que os jesuítas propunham era uma atuação gradual, que passaria pelo reordenamento espacial e temporal do cento de poder, aplicação da justiça, cooptação de lideranças e das relações sociais. Para os colonos, essas etapas eram desnecessárias, devido à urgência em promover a colonização e obter lucros. Enquanto para os jesuítas, a prioridade era a expansão da fé, para os colonos era o rápido enriquecimento pelo aproveitamento econômico da terra e o uso do trabalho indígena.

Havia, ainda, questões em que se entrelaçavam aspectos econômicos e morais. Os jesuítas combatiam o acesso irrestrito às mulheres nativas (poligamia) e ao trabalho indígena, por considerarem que eram manifestações de dois dos maiores pecados dos colonos: a luxúria e a cobiça. Criar restrições a essas duas formas de apropriação dos silvícolas era uma forma de evitar que os colonos continuassem a pecar, numa ótica estritamente moral. Não eram capazes de perceber ou

aceitar os casamentos interétnicos como estratégia política, econômica e social estabelecida entre os dois grupos no conjunto das relações constituídas ao longo dos muitos anos de convivência.

Como se pode inferir, na verdade, o principal ponto de atrito era a questão do livre acesso ou não à mão-de-obra indígena, problema que se agravou devido à alta taxa de mortalidade nas aldeias particulares. A prosperidade e maior densidade demográfica das aldeias jesuíticas faziam com que se tornassem alvos de tentativas de solução para a falta de trabalhadores em suas propriedades. E, aí, mais uma vez, pode-se constatar a diversidade de posições com relação a essa questão. Enquanto, para os jesuítas, os aldeamentos eram locais de agrupar os índios para concluir a conversão e transformar o guerreiro nômade em agricultor sedentário, para os colonos era um depósito de trabalhadores já parcialmente treinados e aos quais queriam ter livre acesso. Se essa pretensão dos colonos for associada à questão dos ritmos propostos por Bosi, constata-se que o desejo dos portugueses era que os aldeamentos se transformassem em locais para rápido treinamento de mão de obra escrava e os jesuítas projetavam-nos como espaços onde os índios convertidos e aliados se instalariam em volta de vilas e engenhos, para garantir-lhes segurança. Para os inacianos, a disciplina imposta pelo trabalho era um mecanismo facilitador da conversão e não um fim em si mesmo, o que era considerado um desperdício pelos colonos.

Outro ponto de discórdia era a disputa pelas terras das aldeias já trabalhadas, às quais os colonos queriam ter acesso como forma de acelerar seus esforços de enriquecimento e poupar esforços.

Nesse clima de oposições, eram constantes as acusações dos jesuítas aos colonos e a outras ordens religiosas e desses aos jesuítas. Os jesuítas acusavam os colonos de roubarem terras e mantimentos das aldeias, de praticarem formas de escravidão ilegais, de não respeitarem a primazia da conversão na colonização, de prática de luxúria e cobiça excessiva, além de serem os responsáveis pelo clima de ignorância que predominava na colônia.

A grave crise vivida pelas sociedades indígenas, particularmente após a repressão comandada por Mem de Sá e o conseqüente avanço da conquista com suas táticas de assaltos, queima das aldeias e destruição das roças, fez com que se tornasse mais comum a decisão dos índios de

se aldearem e de se venderem ou a seus parentes, como tentativa de obter alimentos e fugir à repressão. Isso levou a uma série de questionamento e debates sobre a política a ser adotada pela Coroa para as populações nativas: sob que condições os índios podiam ser justamente escravizados? Como deveriam ser tratados os índios foragidos de aldeias dos missionários e dos particulares? Era legal a venda de si e de seus familiares como escravos?

Essa contradição de interesses tentava ser contornada pela Coroa, através de leis reguladoras, mas, na verdade, a legislação não foi a grande orientadora das relações entre índios e colonos. As transformações e a rápida dinâmica da sociedade colonial em fase de implantação eram determinantes do ordenamento social, e esse caráter também se refletia na legislação portuguesa sobre o assunto, fazendo com que fosse considerada, posteriormente, pelos analistas como contraditória, oscilante, hipócrita, ineficaz ou negativa aos interesses indígenas.

Na verdade, a legislação da Coroa oscilava dentro de parâmetros lógicos e coerentes, a partir dos eixos de raciocínio metropolitano. É importante ressaltar que houve leis de caráter geral e outras de cunho específico e até localizadas espacialmente, fazendo com que a articulação entre as várias leis só possa ser percebida ao se destacar o alcance e o objetivo de cada uma delas. O outro eixo de raciocínio, que precisa ser articulado ao anterior para que se torne compreensível e permita identificar sua lógica, é a caracterização atribuída aos grupos indígenas com os quais os colonos entravam em contato e o tipo de relação que estabeleciam. Nesse sentido, as populações indígenas eram enquadradas em duas grandes categorias: a dos mansos/aldeados/aliados e a dos bravios/ errantes/inimigos. Era em função dessa categorização do grupo indígena e da capacidade de convencimento dos colonos quanto à ferocidade deste que a coroa determinava a política a ser adotada e o tratamento a ser dispensado, o que pode ser identificado na legislação de caráter genérico.

O resultado desses debates, dos quais participaram Mem de Sá, o bispo e os jesuítas, além dos administradores lusitanos, resultou na lei de 1570, promulgada pelo Rei D. Sebastião, na qual se definia o *status* dos índios e se limitavam os casos em que se poderia, legalmente, escravizá-los, ficando restritos aos prisioneiros de Guerra Justa. Os

resgates dos índios de corda foram considerados ilegais, em decorrência dos abusos e manipulações praticados pelos colonos quanto à identificação dessa categoria de prisioneiros. Seus protestos foram tão grandes que, já em 1574, a Coroa reconheceu como legal a escravidão de resgatados, desde que devidamente autorizados, assim como dos maiores de vinte e um anos que optassem por se vender e dos aldeados que fossem capturados.

As limitações impostas visavam a controlar os preamentos e descimentos que haviam aumentado após a epidemia de 1562 e que colocavam sob ameaça a paz e a colonização. Além do mais, a taxa de mortalidade entre os descidos era tão elevada, que não chegava a constituir uma solução para o problema da mão-de-obra. Esse quadro fez com que a Coroa Espanhola interviesse, em 1587, 1595 e 1596, adotando novas medidas restritivas aos descimentos, acesso aos resgatados e prisioneiros de Guerra Justa, o que não se coadunava com as exigências dos colonos, particularmente após as epidemias de varíola e sarampo, que reduziram em dois terços o número de índios aldeados no litoral.

Ao longo dos anos, houve várias alterações quanto à definição do que seria cativo lícito e Guerras Justas, demonstrando o cuidado constante em regular questões consideradas vitais para o sucesso do empreendimento colonial: garantir trabalhadores aos colonos e manter alianças com determinados grupos indígenas.

Também no decênio que antecedeu a invasão holandesa à Bahia as relações entre o governo, os jesuítas, indígenas e os colonos foram demasiado conturbadas. Após o fracasso das leis que proibiam o cativo dos índios de 1570 e de 1595, em 1609 os jesuítas alcançam do governo filipino nova proibição da escravidão indígena, causando sérias desavenças entre os colonos interessados em mão de obra barata e os religiosos da Companhia que tiveram seu Colégio sob ameaça de invasão.²² Por uma lei filipina de setembro de 1611, mais uma vez, foi proibida a escravidão de indígenas, sendo apenas permitida no caso de Guerra Justa.²³

Em 1612, quando o governo estava mais preocupado com a conquista do Maranhão do que com criação de um sistema defensivo eficiente para a capital do Brasil, uma provisão ordenou para “*se porem capitães nas aldeias e clérigos*”.²⁴ A tutela dos indígenas aldeados chegou

a ser passada das mãos dos jesuítas para os capitães, decisão logo revogada.

Na Bahia de 1620, os jesuítas continuavam a tentar moderar as questões surgidas entre índios e moradores portugueses. Em outubro deste ano o Padre Manoel do Couto acusou, junto ao Governo-Geral, os moradores da Vila de Jaguaripe e outros mais de que “*com seus requerimentos forão causa dos ditos indios se tornarem p.^a donde carecem agora de tudo*”. Os índios que habitavam Jaguaripe foram deslocados para Santo Antonio e foram impedidos de retornar para onde antes estavam. Neste contexto, enquanto capitães como Belchior Moreira requisitavam constantemente índios para expedições em busca de metais, pedras preciosas e salitre, o Padre Simão Pinheiro, Provincial dos Jesuítas, tentava convencer o governo da necessidade de manter os índios nos aldeamentos para usá-los nas tropas de infantaria em caso de manobras militares, defensivas ou ofensivas. Diante da questão levantada anteriormente, o Provincial afirmou que:

no sitio de Cirigipe [do Conde] o qual he excellente p^a o seu modo de vida, estão mui a proposito p^a acodirem á Cidade todas as uezes, q os chamarem á rebate ainda por terra; E como ficam no meio do reconcauo, estão por muro de todo elle, E podem acodir á todas as fazendas tee Jaguaripe da parte do Sul, E tee Cotigipe da parte do Norte assi p^a darem assaltos aos Tapanhunos, como p^a ajudarem os moradores no q tiuerem necessid^e.²⁵

Além da rede de aldeamentos nas proximidades de Salvador, havia tropas volantes ao longo de todo o Recôncavo que “*estavam prestes a socorrer qualquer necessidade, e divididos pelos portos de onde os inimigos podiam sair (...) que em qualquer parte que desembarcavam, já os nossos eram com eles, e (...) os recebiam com uma salva de arcabuzes e flacharia (...)*”. A mais competente destes tropas luso-tupis era a capitaneada por Afonso Rodrigues Adorno, ou da Cachoeira.²⁶

IV: Os índios após a expulsão dos holandeses.

Em julho de 1624 a notícia da tomada da Bahia chegou a Madri, levando Felipe IV a ordenar o apresto de uma armada com poder

suficiente para e restituir a hegemonia ibérica no Atlântico Sul. A maior expedição que cruzou o Atlântico carregou a fina flor da nobiliarquia espanhola, lusitana e napolitana, conduzindo mil duzentos e sessenta e três soldados que apontaram na Baía de Todos os Santos a 29 de março de 1625, bloqueando a única saída que restava aos holandeses: o porto de Salvador. Destarte, as forças holandesas já estavam exauridas pela resistência local quando os cinquenta e dois navios capitaneados por D. Fradique de Toledo Ozório iniciaram o bombardeio às naus inimigas estacionadas no porto enquanto desembarcavam sua infantaria na ponta de Santo Antonio da Barra, que, em um mês, forçaram a rendição definitiva dos holandeses.

Em contrapartida, a ameaça holandesa que colocou os aldeamentos em questões de segunda ordem, despertou entre os tupis a consciência para sua importância estratégico-militar na conservação do território português. A de 9 de fevereiro de 1626, o chefe da aldeia do Espírito Santo, o índio Antonio de Sá, em companhia de outros índios se dirigiu à Câmara de Salvador acusando os jesuítas de quererem transferir a aldeia para outra, a de São João, “*que a elles lha não convinha*”, conseguindo do juiz e vereadores que pelo “*serviço de sua Magestade (...) que os ditos índios estivessem na dita aldeia do Espírito Santo, e conservassem nella sua posse*”.²⁷

A estratégia dos padres da Companhia diante da resistência esboçada pelos partidários de Antonio de Sá foi tentar a substituição da chefia por outro índio de nome Gregório já educado por eles e que transformaram no “*maioral da dita aldeia*”. Em 25 de julho de 1626, os índios voltaram reclamar à Câmara alegando que os padres não haviam acatado as provisões do governo, e que eles iriam “*aporemse em armas (...) uns contra os outros*”.²⁸

A guerra brásilica, utilizada contra os holandeses, continuou a ser utilizada no Recôncavo. Os índios que não se alinhassem ao governo, deveriam ser capturados na Guerra Justa ou exterminados. Em agosto de 1626 os índios descidos do Paraguaçu causaram danos e fez com a rede de aldeias de São João, de Sergipe do Conde e de Inhambupe fossem utilizadas para lhes atalhar o caminho.²⁹ Aos índios capitaneados por Afonso Rodrigues Adorno e Jorge de Aguiar foi ordenado que fizessem uma entrada contra “*o gentio da Santidade*” em dezembro de 1627.³⁰

O Governador Diogo Luis de Oliveira ordenou em 1626 que Afonso da Cachoeira trouxesse casais de índios do sertão para guarnecer melhor o Recôncavo³¹. Durante a incursão de Piet Heyn pelas águas da Baía de Todos os Santos, em 1627, que, mesmo contra o vento terral, conseguiu driblar os tiros de canhões e saquear centenas de caixas de açúcar para a W.I.C, o capitão Francisco da Cachoeira foi incumbido de conduzir seus índios para emboscar Heyn. Neste episódio Cachoeira e seus índios não foram suficientes para bloquear a entrada do almirante e o capitão de índios acabou sendo morto com parte do seu contingente, assinalando os limites da guerra brasileira. Mesmo os mais competentes capitães, conduzindo implacáveis índios não poderiam enfrentar embarcações com duas dezenas de canhões de vinte libras cada. A supracitada sugestão de Gabriel Soares, dos índios como força complementar a uma esquadra disponível no Recôncavo, fazia ecos naquele momento.

Em oposição à coexistência (pacífica e beligerante) dos portugueses com os tupis, o holandês que embarcou na empresa de conquista da Bahia ignorava o *modus vivendi* dos índios, ainda pesando sobre seu imaginário as mitologias construídas sobre os ecos do Novo Mundo na Europa setentrional na primeira metade do século XVI. À exceção de alguns poucos, como Dierick Ruiters que viveu no Brasil até ser enviado preso para a Holanda em 1617 e demonstrava certo conhecimento da realidade dos índios do Rio de Janeiro e da Bahia,³² a maior parte dos oficiais e soldados da W.I.C. podem ser nivelados pelas idéias acerca dos índios assinaladas no diário de Johann Gregor Aldenburgk:

Tratando com brevidade desta gente chamada de brasilienses, índios, selvagens, canibais ou caribes, direi que é disforme e se reproduz como os animais, crê pouco em Deus, não respeita aos seus nacionais nem aos estrangeiros, adora a demônio, tem aspecto de figura humana, anda inteiramente nua exceto a que vive junto dos portugueses (...); os desta casta (...) cobrem as partes pudendas com pedaços de pano de algodão; são criaturas grandes e robustas, de tal modo que vimos um, varado por três balas, cair e logo se levantar e fugir correndo, sendo perseguido por um dos nossos, que o matou,

partindo-lhe a cabeça com o couce do mosquete. Igualmente, têm o corpo de cor amarela escura [e] vivem mais ou menos, de cem a cento e cinquenta anos (...)³³

O fracasso na empresa conquista da Bahia ensinou duas coisas aos oficiais da W.I.C em relação aos índios. Primeiro, aprenderam que o sucesso de futuras empresas ultramarinas dependeria das alianças estabelecidas com os povos locais. O triunfo na captura de Pernambuco decorreu, em grande medida, de um “intercambio cultural” com índios tapuias levados para a Holanda na expedição de Boudewijn Hendricksz em 1625.³⁴

Em segundo lugar, para conquistar a Bahia era necessário primeiro desarticular a rede de aldeias estabelecidas pelos jesuítas ao longo do Recôncavo e do litoral norte até Tatuapara. Nassau pôs esta teoria em prática no momento em que “*paseou a Campanha daqui ate a aldeia do espirito Sancto a qual queimou*”, atacando também em abril de 1638 Jacareacanga, Matoim e Matos da Cova da Onça.³⁵ Sigismund von Sckhoppe, na tomada de Itaparica em 1647, assassinou cerca de duas mil pessoas³⁶, sendo que a maior parte destas eram indígenas.

Os tupis perceberam neste momento quanto eram necessários para a sobrevivência dos portugueses, agora não apenas como fonte de mantimentos, mas para a própria defesa contra inimigos externos e continuidade do governo ibérico. Desde então passam a fazer valer as necessidades de suas sociedades, através de negociações com os poderes locais ou através de conflitos armados. Exemplo do primeiro caso é o fato de que em fevereiro de 1626 o índio Antonio de Sá, da aldeia do Espírito Santo, ao se dirigir aos oficiais da Câmara de Salvador, como súdito de Sua Majestade, para questionar os desígnios dos padres da Companhia, o maioral justificou a permanência do aldeamento no Rio Joanes alegando que naquele local, “*ficavam mais propiqtuos (sic) para atenderem o serviço de sua Megestade*”.

Muitos outros eventos poderiam aqui ser relatados que comprovam a efetiva participação dos aldeados administrados por jesuítas atuando como guerreiros em defesa dos interesses da metrópole. Essa realidade nos indica a necessidade de pesquisas serem realizadas para melhor identificar e analisar essa pouca conhecida atuação dos jesuítas

na América Portuguesa: a de preparação de guerreiros a serviço de Sua Majestade.

Notas

- ¹ GUERREIRO, Bartolomeu. *A Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*. p.83
- ² O padre João Gonçalves, seu Fundador, veio de Portugal na Terceira Expedição Jesuítica com os Irmãos Anchieta e Gregório Serrão. Nunca saiu da Bahia, onde desenvolveu uma atividade semelhante à de Anchieta no Sul. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro 1938, Tomo II, p. 54.
- ³ O Padre Antônio Rodrigues dirigiu pessoalmente a construção da Igreja da Aldeia do Espírito Santo. Foi o Primeiro Mestre Escolar Catequético, devido a ter sido o primaz no aprendizado da Língua dos Índios. LEITE Op. Cit. 1938. Tomo II, p. 53 e LEITE, Serafim. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil*, pp. 144,146 e 216, Lisboa 1965.
- ⁴ O panfleto de Jan A. Moerbeek expõe os motivos porque o Brasil deveria ser conquistado pela W.I.C. Existe uma tradução em português feita por A. Keijers e J. H. Rodrigues. Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar a ao rei da Espanha a terra do Brasil. In: *Holandeses no Brasil*.
- ⁵ Regimento de Tomé de Souza in. RUY, Affonso. História Política e Administrativa da Cidade de Salvador. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949, pp. 92-3.
- ⁶ Schwartz, Stuart. Burocracia e sociedade no Brasil Colonial. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979. p. 49.
- ⁷ Oliveira, Mário Mendonça de. Da Torre de São Tiago de Água de Meninos ao reduto de Santo Alberto. In. Revista da Bahia, nº 30. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1999.
- ⁸ BEHRENS, RICARDO HENRIQUE B. *A capital colonial e a presença holandesa de 1624-1625*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- ⁹ O veneno com o qual untavam a ponta das flechas era extraído dos sapos cururus ou sapos da espanha “*porque seu fel é peçonha mui cruel, e os fígados e a pele, da qual o gentio usa quando quer matar alguém*”. ⁹ Sobre as flechas, Padre Fernão Cardim diz que “*fazem de varias canas, e na ponta lhe metem dentes de animais, ou com uns paus agudos com muitas farpas, e às vezes as erva com peçonha (...) é arma cruel; passam umas couraças de algodão, e dando em qualquer pau o abrem pelo meio, e acontece passarem um homem de parte a parte*”. ⁹ Não faltavam aos índios, mesmo aos aldeados, reservas para a produção do veneno utilizado na guerra, visto que essa espécie de anfíbio era facilmente encontrada em todo o litoral da Bahia, achando-se em telhados, buracos nas paredes das casas e tocas em árvores. Depois que um inimigo

era atingindo por uma flecha untada no veneno, as chances de sobrevivência eram quase nulas.

¹⁰ Destaque nosso.

¹¹ Vieira, Antônio [Padre]. Ao Geral da Companhia de Jesus. In: Escritos históricos e políticos / Pe. Antônio Viera; estabelecimento dos textos, organização e prefácio Alcir Pécora, São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 179-80.

¹² MELLO, Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada*. Pp. 242-248; LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Tomo V, p. 38.

¹³ PARKER, Geoffrey. *The Military Revolution: The Military Innovation And The Rise Of The West, 1500-1800*. Cambridge: 1996. Pp. 60-65.

¹⁴ PUTONI, Pedro. A Arte da Guerra no Brasil: Tecnologia e Estratégia Militar na Expansão da Fronteira da América Portuguesa, 1550-1700. In: Revista do CEBRAP, p. 193-195. A carta de Ravardiere, datada de 21.09.1614, está transcrita em BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes Históricas do Estado do Maranhão* (1749). Florença: Typ. Barbèra, 1905. Vol.1. p. 121-122.

¹⁵ WACHTEL, WACHTEL, N. *La vision des vaincus - les indiens du Pérou devant la Conquête Espagnole (1530 - 1570)*. Paris : Gallimard, 1971, pp 21-215, 229-34; VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios - catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. S. Paulo : Cia. das Letras, 1995. p. 119- 62

¹⁶ BOM MEIHY, J. C. S. *A presença do Brasil na Cia de Jesus (1549 -1649)*. São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 1975. (Tese, Doutorado em História Social), p 63-9.

¹⁷ SOUZA LIMA, A. C. de. Um grande cerco de paz, poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis : Vozes, 1995, pp 44-63.

¹⁸ ALMEIDA, Rita Heloisa de. O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. 489p. (Tese, Doutorado em Antropologia Social).

¹⁹ KOSHIBA, L. A honra e a cobiça. São Paulo : FFLCH, Universidade de São Paulo, 1989. v. 1, 213p. (Tese, Doutorado em História Social), pp 139-67.

²⁰ NÓBREGA, Manuel da. (Padre). Carta escrita na Bahia em 05/07/1559. In: ACCIOLI, J., AMARAL, B. Memórias Históricas e Políticas da Bahia. Bahia : IOF, 1940. v. 5, p. 25-44.

²¹ BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo : Cia. das Letras, 1992.

²² SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial* São Paulo: Perspectiva, 1979. pp.106-109.

²³ *LIVRO Primeiro do Governo do Brasil*. Pp. 71-75.

- ²⁴ *LIVRO Primeiro do Governo do Brasil*. Pp. 75. Infelizmente, não localizamos esta Provisão, visto que na referida obra só existe a referência do título, não se encontrando no manuscrito original a página que trazia o conteúdo.
- ²⁵ *LIVRO Primeiro do Governo do Brasil*. Pp. 307-310.
- ²⁶ CALMOM, Pedro (org.) *Catálogo Genealógico das Principais Famílias*. Vol. 1. p.
- ²⁷ *ATAS da Câmara Municipal de Salvador (1625-1640)*. Vol. I, p.21 e 22.
- ²⁸ *ATAS I*, p.43
- ²⁹ *ATAS I*, p.45-46.
- ³⁰ *ATAS I*, p.80
- ³¹ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. P.
- ³² RUITERS, Dierick. *Toortse de Zeevaert*, 1623, Pp. 32-34. Há tradução para o português feita por Joaquim de Souza Leão. A Tocha da Navegação. In : RIGHB. Sobre a prisão de Dierick Ruiters (Nicolau Roiz) ver *Livro Primeiro* p.168.
- ³³ ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador*. Pp. 180 e 181.
- ³⁴ MELLO, J.A. Gonçalves. *Tempo dos Flamengos*. Pp.207-209
- ³⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa. Fundo Geral. Nº 1555. Fl. 295 e 295v
- ³⁶ MOREAU, Pierre. *História das Últimas Lutas Entre Holandeses e Portugueses*. P.